



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES

CÂMARA MUNICIPAL DE
PATY DO ALFERES
APROVADO

04/09/2024 - SO

Romulo Romão da Silva
Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
Nº 4334 DO MUNICÍPIO DE
PATY DO ALFERES EM 05/09/24

RUBRICA E MATRICULA

Valter Rodrigues de Jesus
Assistente Contábil
Mat. 14.0102
RJ 08907006

Autógrafo

LEI Nº 3.179 DE 05 DE Setembro DE 2024.

“FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO E DOS
SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA O MANDATO DE 2025 À 2028 E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Paty do Alferes aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI:

Art. 1º - O subsídio do Prefeito Municipal será de R\$ 26.468,96 (vinte e seis mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e seis centavos), em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e consecutivas, com término em 31 de dezembro de 2028, e uma parcela no valor de R\$ 26.468,96 (vinte e seis mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e seis centavos), referente ao décimo terceiro salário.

Art. 2º - O subsídio do Vice-Prefeito Municipal será de R\$ 13.234,48 (treze mil, duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos), em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e consecutivas, com término em 31 de dezembro de 2028, e uma parcela no valor de R\$ R\$ 13.234,48 (treze mil, duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos), referente ao décimo terceiro salário.

Art. 3º - O subsídio dos Secretários Municipais será de R\$ 8.315,74 (oito mil, trezentos e quinze reais e setenta e quatro centavos), vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, a ser pago em em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e consecutivas, com término em 31 de dezembro de 2028, e uma parcela no valor de R\$ R\$ 8.315,74 (oito mil, trezentos e quinze reais e setenta e quatro centavos), referente ao décimo terceiro salário.

§1º - O Chefe de Gabinete do Prefeito e o Procurador Geral do Município, para os efeitos desta Lei, são considerados agentes políticos com as mesmas prerrogativas dos demais Secretários Municipais e o mesmo valor de subsídio e remuneração.

§2º - A vedação de acréscimo contido no caput deste artigo não se aplica ao pagamento de vantagens pessoais quando o Secretário for ocupante de cargo efetivo no Município.

§3º - A hipótese de acréscimo previsto no parágrafo anterior incidirá sobre o vencimento do cargo efetivo do titular da Secretaria.

Art. 4º Os subsídios de que trata esta lei serão revistos, anualmente, na mesma data da revisão dos vencimentos dos servidores públicos municipais, com exceção do primeiro ano de mandato.





Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, findando em 31 de Dezembro de 2028.

Paty do Alferes, 05 de setembro de 2024.



EURICO PINHEIRO BERNARDES NETO
Prefeito Municipal